



Digite aqui sua pesquisa

Notícias ▾



INSTITUCIONAL ▾ NORMAS ▾ JURISPRUDÊNCIA ▾ SERVIÇOS ▾ EVENTOS IMPRENSA ▾ EXAME DE ORDEM OUVIDORIA ▾ TRANSPARÊNCIA ESA

LEIS E NORMAS / LEGISLAÇÃO

[Página Inicial](#) > [Leis e Normas](#) > [Legislação](#) > [Resolução Nº 005/2024](#)

Resolução Nº 005/2024

Acrésceta os arts. 3º-A, 55-A e o inciso VII do art. 71 da Resolução n. 02/2015, que "Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB."

Data: 19 de agosto de 2024

O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, V, da Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994 e considerando o decidido nos autos da Proposição n. 49.0000.2024.003490-5/COP, RESOLVE:

Art. 1º O Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB passa a vigorar acrescido do art. 3º-A, com a seguinte redação:

"Art. 3º-A. O advogado e a advogada devem atuar com perspectiva interseccional de gênero e raça em todas as etapas dos procedimentos judicial, administrativo e disciplinar, afastando estereótipos, preconceitos e problemas estruturais que possam causar indevido desequilíbrio

PESQUISA DE LEGISLAÇÃO

Digite sua pesquisa

- Resoluções
- Provimentos
- Instruções Normativas
- Portarias

Acessibilidade



vigorar acrescido do art. 55-A, com a seguinte redação:

Pesquisar

"Art. 55-A. Os procedimentos na OAB observarão a tramitação e o julgamento com perspectiva de gênero e raça, a ser reconhecida de ofício ou por solicitação da parte interessada.
Parágrafo único. O Conselho Federal regulamentará o disposto no caput do presente artigo, mediante edição de Provimento."

Art. 3º O Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB passa a vigorar acrescido do inciso VII do art. 71, com a seguinte redação:

"Art. 71.
VII - em conjunto com o Conselho Federal e o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero e Raça, organizar, promover e desenvolver cursos, palestras, seminários e discussões a respeito de Julgamento com Perspectiva de Gênero e Raça, visando à formação da consciência dos julgadores, Conselheiros(as), servidores(as) e membros para afastar estereótipos, preconceitos e problemas estruturais que possam causar indevido desequilíbrio na relação entre os sujeitos."

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de agosto de 2024.

José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral
Presidente do Conselho Federal da OAB

Daniela Campos Libório
Relatora
(DEOAB, a. 6, n. 1427, 28.08.2024, p. 3)

VERSÃO PARA IMPRIMIR

TWITTER ESTA NOTÍCIA

RELATAR ERRO DESTA PÁGINA

COMPARTILHAR NO FACEBOOK

ENVIAR PARA UM AMIGO

RECOMENDAR ESSA NOTÍCIA



Conselho Federal

A Instituição

Normas

Jurisprudência

Ouvidoria

Serviços

DiretoriaEx-presidentes

Medalha Rui Barbosa

Conselheiros Federais

Comissões

Quadro da Advocacia

Seccionais

Atas do Conselho Pleno

Órgãos Colegiados

Prestação de Contas

História do Conselho Federal

Marca Oficial da OAB

Documentos da OAB

Eleições OAB

Ética e Disciplina

Procuradoria

Procuradoria Nacional de Defesa das Prerrogativas

Diversos

CalendárioNotícias

Política de Privacidade

Publicações

Código de Ética e Disciplina (CED)

CED (anterior - revogado pelo novo Código)

Constituição Federal (Dispositivos Aplicáveis)

Estatuto da Advocacia e da OAB

Instruções Normativas

Legislação sobre Ensino Jurídico

Manual de Procedimentos do Processo Ético-Disciplinar

Provimentos

Regulamento Geral

Resoluções

Boletim Informativo

EmentáriosSúmulas

Acompanhe sua Manifestação

Comitê Marketing Jurídico

Fale Conosco

Ouvidoria de Honorários

Ouvidoria Geral

Ouvidoria nas Seccionais

Ouvidoria Diversas

Relatório

Contatos

Contatos Institucionais

Bureau de Serviços

Cadastro Nacional

Certificação Digital

Clube de Servicos aos Advogados

Diário Eletrônico da OAB

Editais de Credenciamento Eleições Online 2024

Identidade Profissional

LGPDOABJuris

OAB Recomenda

Pautas (Órgãos Colegiados)

Pedidos de Transferência / Suplementar

Tribunais

Termo de Compromisso (Processos Disciplinares)

